



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA

**CONCURSO PÚBLICO**  
NÍVEL MÉDIO

Aplicação: 10/12/2006

## **CARGO 7: OFICIAL CONTADOR** **DISTRIBUIDOR PARTIDOR**

**TARDE**

# **Caderno J**

**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.**

- 1 Ao receber este caderno, confira atentamente se o tipo de caderno — Caderno J — coincide com o que está registrado em sua folha de respostas. Em seguida, verifique se ele contém cem questões, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenadas de 1 a 100.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Não utilize lápis, lapiseira, borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 4 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 5 Recomenda-se não marcar ao acaso: em cada questão, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 6 A duração das provas é de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início das provas e poderá levar o seu caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 8 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 9 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

### **AGENDA (DATAS PROVÁVEIS)**

- I **12/12/2006**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — [www.cespe.unb.br/concursos/tjrr2006](http://www.cespe.unb.br/concursos/tjrr2006).
- II **13 e 14/12/2006** – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — [www.cespe.unb.br/concursos/tjrr2006](http://www.cespe.unb.br/concursos/tjrr2006), mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse endereço.
- III **17/1/2007** – Resultados finais das provas objetivas e do concurso: Diário do Poder Judiciário do Estado de Roraima e Internet — [www.cespe.unb.br/concursos/tjrr2006](http://www.cespe.unb.br/concursos/tjrr2006).

### **OBSERVAÇÕES**

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 10 do Edital n.º 1/2006 – TJRR, de 13/10/2006.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — [www.cespe.unb.br/concursos/tjrr2006](http://www.cespe.unb.br/concursos/tjrr2006).
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- Nas questões de 1 a 100, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Nas questões que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

## CONHECIMENTOS GERAIS

Nas questões de 1 a 3, as opções, na ordem em que estão apresentadas, são partes sucessivas de textos.

### QUESTÃO 1

Assinale a opção que apresenta **erro** gramatical.

- Ⓐ O projeto Processo Judicial Digital mostra vantagens, como economia, agilidade e ampliação do acesso à justiça.
- Ⓑ A digitalização também têm influência em aspectos como preservação do meio ambiente.
- Ⓒ Os Juizados Especiais Federais da 5.<sup>a</sup> Região já estão informatizados desde fevereiro de 2005.
- Ⓓ O projeto desenvolvido no TRF é facilmente adaptável e poderá ser usado em outros órgãos da administração pública.

Internet: <www.trf5.gov.br> (com adaptações).

### QUESTÃO 2

Assinale a opção que apresenta **erro** de pontuação.

- Ⓐ As dívidas trabalhistas têm prioridade sobre débitos tributários, mesmo que o devedor tenha condições de saldá-las.
- Ⓑ Foi o que decidiu, por unanimidade, a primeira turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que negou provimento ao recurso especial interposto pela Fazenda Nacional.
- Ⓒ A Fazenda Nacional argumenta, que a natureza do conflito se dá por concurso de preferência, que se estabelece pela ordem cronológica de constituição do crédito.
- Ⓓ A preferência de créditos trabalhistas sobre os tributários se aplica nas seguintes situações: quando houver mais de um credor, quando o devedor não tiver condições de pagar e quando houver falência.

Internet: <www.justicafederal.gov.br> (com adaptações).

### QUESTÃO 3

Assinale a opção gramaticalmente correta.

- Ⓐ Começa à operar o processo eletrônico de execução fiscal da justiça federal, inicialmente no âmbito da 1.<sup>a</sup> — que abrange o Distrito Federal (DF) e outros 13 estados — e 3.<sup>a</sup> Regiões — São Paulo e Mato Grosso do Sul.
- Ⓑ Os sistemas da justiça federal serão integrados ao sistema de ajuizamento e acompanhamento processual da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o que irá possibilitar que todos os atos processuais seja praticado em meio eletrônico.
- Ⓒ A informatização desses processos, aliada a utilização de outras ferramentas eletrônicas de comunicação com a Receita Federal e o Banco Central, representará um enorme avanço na arrecadação judicial da dívida ativa da União.
- Ⓓ A cobrança judicial de tributos federais não pagos na esfera administrativa é feita na justiça federal, por intermédio de processos de execução fiscal movidos pela União ou por suas entidades.

Internet: <imprensa@cjf.gov.br> (com adaptações).

### Texto para as questões 4 e 5

- 1 De acordo com o juiz federal Alexandre Vasconcelos, coordenador do projeto de execução fiscal eletrônica da 1.<sup>a</sup> Região, a eficácia no julgamento manual desses feitos é muito
- 4 baixa. Segundo ele, de uma média de 22.000 processos atualmente em tramitação nas varas de execução fiscal do DF, cerca de 6.000, apenas, estão realmente ativos. O restante está
- 7 sobrestado ou arquivado provisoriamente, na maioria dos casos porque, devido à demora nos trâmites, o devedor não é mais localizado ou não existem mais bens em seu nome para
- 10 serem penhorados. Ao longo do tempo, a tendência é que essas dívidas acabem prescrevendo, o que se traduz em prejuízos ao erário público. “Uma vista para a Procuradoria-
- 13 Geral da Fazenda Nacional pode durar meses”, observa o juiz. A partir de agora, ele ressalta, a comunicação entre o juiz e o procurador será toda feita em meio eletrônico, o que deve
- 16 agilizar bastante essa tramitação. Uma outra vantagem da execução fiscal eletrônica é o uso da certificação digital — os juízes poderão assinar eletronicamente os documentos do
- 19 processo. “O juiz muitas vezes tem de assinar mais de 500 despachos iguais, e agora ele poderá verificar todos e assiná-los eletronicamente em bloco”, comenta Vasconcelos.

Internet: <imprensa@cjf.gov.br> (com adaptações).

### QUESTÃO 4

Em relação ao texto, assinale a opção correta.

- Ⓐ As vírgulas nas linhas 1 e 3 justificam-se por isolar expressão restritiva.
- Ⓑ A substituição da expressão “cerca de” (ℓ.6) por **acerca de** mantém a coerência e a correção gramatical do período.
- Ⓒ Na linha 8, o sinal indicativo de crase em “devido à” justifica-se pela regência de “devido” e pela presença de artigo definido feminino antes de “demora”.
- Ⓓ A palavra “trâmites” (ℓ.8) é acentuada por ser paroxítona terminada em **-es**.

### QUESTÃO 5

Ainda em relação ao texto, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ O nível de linguagem adotado no texto, por sua subjetividade, é inadequado para a correspondência oficial.
- Ⓑ O emprego de aspas no texto indica citação literal de fala do juiz Vasconcelos.
- Ⓒ A palavra “sobrestado” (ℓ.7) está sendo empregada com o sentido de interrompido, sustado, suspenso.
- Ⓓ O texto defende as vantagens da execução fiscal eletrônica.

## Texto para as questões 6 e 7

1 Além de impulsionar a arrecadação de recursos para os  
2 cofres da União, a execução fiscal eletrônica possibilitará  
3 maior economia para a máquina do Judiciário, uma vez que  
4 reduzirá os prazos de tramitação. “Manter a execução por  
5 muito tempo é caro”, assinala o juiz Alexandre Vasconcelos.  
6 A comunicação com a Receita Federal também será  
7 importante para a localização mais rápida dos bens do  
8 devedor. Um convênio firmado entre a Receita, o Conselho da  
9 Justiça Federal (CJF) e os tribunais regionais federais (TRF)  
10 permite que os juízes tenham acesso, mediante senha, ao  
11 sistema Infojud. Nele, o magistrado pode obter a declaração  
12 de bens e os dados cadastrais de qualquer pessoa, em questão  
13 de minutos. A interligação virtual dos juízes federais com o  
14 sistema Bacen-Jud 2.0, do Banco Central, por sua vez,  
15 permite o bloqueio de valores depositados em contas no nome  
16 do devedor em até 48 horas — procedimento que, com o uso  
17 de papéis, pode demorar meses. O acesso ao Bacen-Jud  
18 também foi possibilitado por intermédio de convênio entre o  
19 Banco Central, o CJF e os TRF.

*Idem, ibidem* (com adaptações).

### QUESTÃO 6

Em relação ao texto, assinale a opção correta.

- A A expressão “máquina do Judiciário” (ℓ.3) tem sentido conotativo.
- B No texto, as palavras “juízes” (ℓ.10) e “magistrado” (ℓ.11) estão sendo empregadas com sentidos divergentes.
- C O termo “Nele” (ℓ.11) refere-se a “convênio” (ℓ.8).
- D A substituição do travessão (ℓ.16) por vírgula prejudica a correção gramatical do período.

### QUESTÃO 7

As opções seguintes apresentam propostas de substituição de trechos do texto. Assinale a opção em que a substituição é gramaticalmente **incorreta**.

- A “para os cofres” (ℓ.1-2) por **aos cofres**
- B “uma vez que” (ℓ.3) por **conquanto**
- C “permite” (ℓ.10) por **permitirá**
- D “por intermédio de” (ℓ.18) por **por meio de**

### QUESTÃO 8

Nas opções abaixo, os fragmentos, na ordem em que estão apresentados, são partes sucessivas de um texto. Assinale a opção gramaticalmente **incorreta**.

- A Dados apontam que o estoque acumulado da dívida ativa da União (a receber) atinge R\$ 374 bilhões, sendo que 88,5% desse valor correspondem a valores cobrados na justiça.
- B Estima-se que anualmente a arrecadação judicial dessa dívida não cheguem a 2,5% do montante total.
- C Para a justiça federal, a execução fiscal representa um grande gargalo.
- D De um total de 6,6 milhões de processos em tramitação nas varas federais de todo o país, 2,6 milhões, ou seja, quase 40%, são de execução fiscal.

*Idem, ibidem* (com adaptações).

### QUESTÃO 9

1 Terceiro palestrante do Ciclo de Estudos Jurídicos,  
2 Jurisdição e Democracia, o juiz federal e professor Agapito  
3 Machado dividiu sua palestra em três tópicos: a justiça  
4 tradicional, os juizados especiais federais criados em 2001 e  
5 os juizados federais virtuais. O palestrante, que discorreu  
6 sobre o tema “Juizados federais: uma experiência virtual de  
7 sucesso”, procurou analisar detidamente cada um dos três  
8 tópicos. “A justiça tradicional, morosa, ineficaz, que pode  
9 levar o jurisdicionado a passar dez, vinte anos litigando sem  
10 receber seus direitos, evoluiu com a Lei n.º 9.099/1995 para  
11 o modelo dos juizados especiais estaduais, físicos”, explicou  
12 o magistrado. “Foi o primeiro caminho para desafogar o  
13 Judiciário, melhorando bastante a efetividade da prestação  
jurisdicional”, observou.

Internet: <www.justicafederal.gov.br> (com adaptações).

Com base no texto acima, assinale a opção correta em relação à pontuação.

- A O sinal de dois-pontos na linha 3 indica que a oração subsequente é explicativa.
- B A vírgula após “tradicional” (ℓ.4) isola um aposto.
- C As vírgulas após “palestrante” (ℓ.5) e após “sucesso” (ℓ.7) isolam oração restritiva.
- D A vírgula após “Judiciário” (ℓ.13) isola oração reduzida de gerúndio.

### QUESTÃO 10

1 Agapito Machado admitiu que, no início, os juizados  
2 especiais federais (JEF) tinham alguns defeitos dos juizados  
3 tradicionais, porque o juiz não tinha domínio sobre os  
4 processos em uma vara com grande carga processual. Mas,  
5 em seguida, foi criado o juizado especial federal virtual,  
6 modelo de justiça sem papel, com todas as vantagens dos JEF  
7 e a maior de todas: ser tudo pela Internet, sem risco de se ter  
8 um processo perdido. “A justiça sem papel é rápida e segura  
9 e a única coisa física é o dinheiro pago em forma de  
10 requisições de pequeno valor (RPV)”, observou. “Este é um  
11 caminho sem volta. Dentro de mais algum tempo, toda a  
12 justiça brasileira será virtual”, concluiu.

*Idem, ibidem* (com adaptações).

O texto apresentará **erro** gramatical caso se substitua

- A “porque” (ℓ.3) por **visto que**.
- B “Mas” (ℓ.4) por **No entanto**.
- C “em forma de” (ℓ.9) por **de forma que**.
- D “observou” (ℓ.10) por **explicou**.

### QUESTÃO 11

1 O Brasil é o sexto colocado na lista de países das  
2 Américas que melhor garantem aos cidadãos acesso a  
3 informações judiciais pela Internet. A conclusão é do  
4 levantamento divulgado nesta semana pelo Centro de Estudos  
5 de Justiça das Américas (CEJA), organismo internacional que  
6 se dedica, entre outras atribuições, a propor inovações e  
7 melhorias para as instituições judiciárias dos países da região.

Internet: <www.stj.gov.br> (com adaptações).

Assinale a opção que apresenta **erro** gramatical na substituição proposta para os elementos lingüísticos do texto acima.

- A “acesso a” (ℓ.2) por **acesso às**
- B “A” (ℓ.3) por **Essa**
- C “a propor” (ℓ.6) por **à propor**
- D “para as” (ℓ.7) por **às**

**QUESTÃO 12**

Nas opções abaixo, os fragmentos, na ordem em que estão apresentados, são partes sucessivas de um texto. Assinale a opção que apresenta **erro** gramatical.

- A O levantamento realizado pelo CEJA em relação ao acesso global à informação pela Internet deu origem à criação de três índices.
- B Um índice para o Judiciário, outro para o Ministério Público (MP) e um terceiro, global, que reúnem os dois anteriores e demonstra a posição de cada país no *ranking*.
- C O MP brasileiro ocupa a nona colocação na lista divulgada, com um índice de 20%, o mesmo atingido há dois anos.
- D A posição final do Brasil no *ranking* se deu por meio da ponderação dos resultados obtidos pelas duas instituições — Judiciário e MP —, com pesos respectivos de 60% e 40% na composição do índice de acesso global à informação via Internet.

*Idem, ibidem* (com adaptações).

**Texto para as questões de 13 a 15**

1 Uma das conclusões do estudo do CEJA a respeito do índice de acesso global à informação via Internet é que, embora a maioria dos tribunais e órgãos do Ministério Público  
4 dos países das Américas conte com *sites* institucionais, ainda existem grandes diferenças nos níveis de informação neles contidos.

7 A comparação entre os levantamentos realizados em 2004 e 2006 mostra que, em geral, os avanços relevantes observados nos países nesse período estão relacionados à  
10 ampliação da publicidade dos atos administrativos e jurisdicionais, além da veiculação de mais informações sobre recursos econômicos do sistema judicial e sua gestão pelas  
13 instituições.

16 Por outro lado, chamam atenção a ausência de avanços e até mesmo a existência de retrocessos relacionados à falta de atualização dos conteúdos dos *sites* dos tribunais quanto à carga de processos e ao desempenho das instituições.

*Idem, ibidem* (com adaptações).

**QUESTÃO 13**

Com base no texto, assinale a opção em que a referência indicada para o primeiro elemento está **incorreta**.

- A “neles” (ℓ.5) refere-se a “*sites*” (ℓ.4).
- B “nesse período” (ℓ.9) refere-se a “2004 e 2006” (ℓ.8).
- C “sua gestão” (ℓ.12) refere-se a “recursos econômicos do sistema judicial” (ℓ.12).
- D “retrocessos” (ℓ.15) refere-se a “ausência” (ℓ.14).

**QUESTÃO 14**

Em relação ao texto, assinale a opção correta.

- A O nível de formalidade do texto está adequado a textos de correspondência oficial.
- B No texto, predomina a narração.
- C A expressão “chamam atenção” (ℓ.14) confere ao texto subjetividade.
- D A expressão “até mesmo” (ℓ.15) tem valor condicional.

**QUESTÃO 15**

Assinale a opção correta de acordo com as idéias do texto.

- A Há um equilíbrio entre os níveis de informação dos *sites* dos diversos países da América.
- B A maioria dos países da América ainda não conta com *sites* institucionais no Poder Judiciário.
- C Não houve avanços entre 2004 e 2006 no que se refere às informações sobre carga de processos e ao desempenho das instituições.
- D Houve retrocesso quanto à ampliação da publicidade dos atos administrativos no período de 2004 a 2006.

**QUESTÃO 16**

Milton Hatoum nasceu em Manaus, em 1952. Formou-se em arquitetura na década de 70 pela Universidade de São Paulo, mas é como escritor que vem descobrindo os prazeres do reconhecimento profissional. Em agosto passado, recebeu pelo romance **Cinzas do Norte** (Cia. das Letras), lançado em 2005, o Jabuti de melhor romance, o mais importante prêmio literário do Brasil. Não foi a primeira vez. Seu romance de estréia, **Relato de um Certo Oriente**, publicado em 1989, foi agraciado com a estatueta em 1990. Já seu livro seguinte, **Dois Irmãos**, de 2000, obteve o terceiro lugar na premiação de 2001.

Da infância no Norte, ele guarda muitas memórias e histórias da família, de origem árabe. “Um bom livro é uma forma de conhecimento, de nós mesmos e dos outros”, diz o autor, que trabalha em uma novela sobre o mito da Amazônia para uma editora escocesa.

Simone Goldberg. *Revista TAM*, ano 3, n.º 33, nov./2006, p. 24 (com adaptações).

Em relação às informações do texto, assinale a opção **incorreta**.

- A Milton Hatoum formou-se em arquitetura, mas tornou-se escritor.
- B O escritor recebeu três vezes o primeiro lugar do prêmio literário Jabuti.
- C A família do escritor tem origem árabe.
- D Atualmente, Milton Hatoum trabalha em uma novela sobre o mito da Amazônia.

**QUESTÃO 17**

Nas opções abaixo, os fragmentos, na ordem em que estão apresentados, são partes sucessivas de um texto. Assinale a opção que apresenta **erro** gramatical.

- A A literatura é o avesso de tudo o que é padronizado e pasteurizado. O espaço da literatura é muito pequeno. No Brasil, cada leitor é um pequeno milagre.
- B Vivemos em um tempo em que a imagem substituiu a palavra. Em 1950, as pessoas tinham de ler jornal para adquirir informação e mesmo cultura.
- C Os bons jornais publicavam excelentes artigos culturais. Com a tevê e a Internet as pessoas ficaram mais viciadas na tela, talvez mais preguiçosas.
- D A leitura sempre foi uma atividade sofisticada, que exige paciência e certo esforço. Um livro é um mundo, mas um mundo interior, subjetivo, que nos fazem pensar e estabelecer novas relações com a realidade e o nosso modo íntimo de ser.

*Idem, ibidem*, p. 24 (com adaptações).

## Texto para as questões de 18 a 20

1 Temos, no Brasil, uma sociedade com salutar mobilidade e, embora reclame urgente modernização, uma legislação trabalhista protetora do trabalhador. Há liberdade  
4 de imprensa e de organização partidária e sindical. Não é o caso, evidentemente, de se renunciar a qualquer desses valores em nome do crescimento econômico. O grande  
7 desafio, então, é combinar democracia, Estado provedor e economia competitiva. Os países nórdicos conseguiram essa combinação. Claro que a receita deles não pode ser  
10 simplesmente repetida aqui. Mas também não se pode descartar, na partida, essa alternativa como se fosse absolutamente inviável.

Fábio Ulhoa Coelho. *Correio Braziliense*, 22/11/06 (com adaptações).

### QUESTÃO 18

Em relação ao texto, assinale a opção correta.

- A Na linha 2, as vírgulas após “e” e após “modernização” justificam-se por isolar oração de natureza explicativa.
- B A expressão “desses valores” (l.5-6) refere-se a “modernização” (l.2).
- C A expressão “essa combinação” (l.8-9) refere-se a “combinar democracia, Estado provedor e economia competitiva” (l.7-8).
- D O termo “aqui” (l.10) refere-se a “países nórdicos” (l.8).

### QUESTÃO 19

Assinale a opção em que a proposta de substituição para o termo “embora” (l.2) provoca truncamento sintático no período.

- A contanto que
- B conquanto
- C se bem que
- D ainda que

### QUESTÃO 20

A expressão “essa alternativa” (l.11) retoma a idéia de

- A combinar democracia, Estado provedor e economia competitiva.
- B renunciar a certos valores.
- C promover organização partidária.
- D providenciar legislação trabalhista.

### QUESTÃO 21



Desejando obter informações acerca de um processo, um indivíduo acessou o sítio do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima (TJRR) — <http://www.tj.rr.gov.br> — e, após algumas operações de navegação, obteve a página *web* mostrada na janela do Internet Explorer 6 (IE6), ilustrada na figura acima. Considerando essa figura e os conceitos relativos à Internet e ao IE6, assinale a opção **incorreta**.

- A Para imprimir o texto é suficiente realizar os seguintes procedimentos: selecionar o texto, clicar o botão direito do *mouse*, clicar a opção Imprimir e pressionar o botão Imprimir na caixa de diálogo apresentada.
- B Para copiar o texto é suficiente selecionar o texto, clicar o menu **Editar** e clicar a opção Copiar.
- C Para imprimir o texto sempre é necessário selecioná-lo, clicar o menu **Arquivo** e clicar a opção Imprimir.
- D Para copiar a imagem, é suficiente clicar o botão direito do *mouse*, estando o cursor sobre a figura, e selecionar Copiar.

### QUESTÃO 22

Considerando o navegador Internet Explorer 6 (IE6), assinale a opção correta.

- A O serviço da Internet que permite a conversação *online* é o hipertexto.
- B O provedor garante o acesso seguro à Internet por meio de sistema de antivírus automático denominado securiteLink.
- C O IE6 é um editor de texto que salva os arquivos com extensão .doc.
- D O protocolo utilizado para transferir informações na World Wide Web é o http.

**QUESTÃO 23**

Para definir o sítio <http://www.tj.rr.gov.br> como favorito é suficiente clicar o *menu* Favoritos e, em seguida, clicar

- A Organizar Favoritos.
- B Adicionar Favoritos e, finalmente, clicar OK.
- C OK.
- D Link.

**QUESTÃO 24**

Assinale a opção que **não** corresponde ao Outlook Express.

- A Possui catálogo de endereço que permite o registro dos contatos.
- B Permite realizar um controle de tarefas pessoais.
- C Permite enviar mensagens com anexos.
- D Permite criar modelos de mensagens personalizadas.

**QUESTÃO 25**

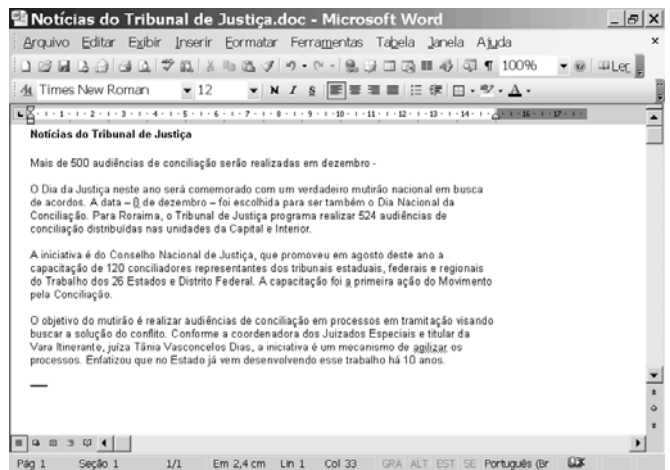
Uma das maneiras mais comuns de se espalhar vírus e vermes na Internet é através de *e-mails*. Assinale a opção correspondente a procedimento que **não** oferece risco de contaminação por vírus e(ou) vermes.

- A Abrir anexos de fontes desconhecidas.
- B Adquirir *software* antivírus e configurá-lo para examinar *e-mails* e anexos.
- C Atualizar *softwares* de jogos via Internet.
- D Instalar o *chat* para receber dados da Internet via *download*.

**QUESTÃO 26**

Quando uma mensagem é salva no Outlook Express sem ter sido enviada, ela irá para a pasta

- A Itens enviados.
- B Itens excluídos.
- C Rascunhos.
- D Caixa de entrada.

**Figura para as questões de 27 a 29**

A figura acima ilustra uma janela do Word 2003, que contém parte de um texto extraído e adaptado do sítio <http://www.tj.rr.gov.br>.

**QUESTÃO 27**

É possível inserir uma borda na página do texto utilizando-se o *menu*

- A Formatar .
- B Inserir .
- C Ferramentas .
- D Tabela .

**QUESTÃO 28**

É possível colocar sublinhado no título do texto com diversos estilos. Para executar esse procedimento utiliza-se o *menu*

- A Formatar e a opção Fonte.
- B Formatar e a opção Marcadores e numeração.
- C Ferramentas e a opção Contar palavras.
- D Ferramentas e a opção Opções.

**QUESTÃO 29**

Assinale a opção correspondente ao modo de exibição do texto apresentado na janela do Word 2003.

- A Estrutura de tópicos
- B Layout de impressão
- C Lado a lado horizontal
- D Normal

Figura para as questões de 30 a 32

The screenshot shows the Microsoft Excel 2002 interface. The title bar reads 'Microsoft Excel - controle de processos.xls'. The menu bar includes 'Arquivo', 'Editar', 'Exibir', 'Inserir', 'Formatar', and 'Ferramentas'. The 'Dados' menu is open, showing 'Janela' and 'Ajuda'. The toolbar contains various icons for file operations and editing. The spreadsheet has columns A through G and rows 1 through 7. The data is as follows:

|   | A                  | B             | C     | D | E | F | G |
|---|--------------------|---------------|-------|---|---|---|---|
| 1 | Número do processo | Classificação | Valor |   |   |   |   |
| 2 | 123                | Família       | 200   |   |   |   |   |
| 3 | 125                | Criminal      | 300   |   |   |   |   |
| 4 | 126                | Família       | 130   |   |   |   |   |
| 5 | 158                | Civil         | 150   |   |   |   |   |
| 6 | Total              |               |       |   |   |   |   |
| 7 |                    |               |       |   |   |   |   |

A figura acima ilustra uma planilha em elaboração em uma janela do Excel 2002.

**QUESTÃO 30**

Assinale a opção correspondente à fórmula correta para se calcular a soma das parcelas incluídas nas células de C2 a C5.

- A C2+C3+C4+C5.
- B =SOMA(C2:C5)
- C =SOMA(C2;C5)
- D =C2\*C3\*C4\*C5

**QUESTÃO 31**

Para dar à célula A1 da planilha o formato apresentado é possível que se tenha usado o procedimento de

- A quebrar texto automaticamente, encontrado no menu **Formatar**.
- B ajustar planilha do menu **Janela**.
- C formatar coluna.
- D formatar linha.

**QUESTÃO 32**

Com relação a recursos do Excel 2003, assinale a opção **incorreta**.

- A Possibilita a inserção de comentários nas células.
- B Possibilita ocultar células para garantir a segurança dos dados.
- C Possui recurso de segurança que impede automaticamente a inserção de vírus nos arquivos com extensão xls.
- D Possibilita a criação de criar páginas na Internet com o conteúdo das planilhas.


**QUESTÃO 33**

No Windows Explorer, os arquivos e pastas possuem folhas de propriedades que exibem informações, como o tamanho, o local e a data de criação da pasta ou arquivo. As informações exibidas nas propriedades de um arquivo ou pasta **não** incluem

- A os atributos do arquivo ou da pasta.
- B o tipo de arquivo.
- C o nome do programa que abre o arquivo.
- D provedor de origem.

**QUESTÃO 34**

Com o objetivo de proteger um documento confidencial, digitado no Word 2003, contra acessos indevidos, é possível utilizar recurso de segurança encontrado

- A no menu **Formatar**.
- B no menu **Exibir**.
- C no menu **Ferramentas**.
- D na ferramenta .

**QUESTÃO 35**

Com relação à compactação de arquivo, assinale a opção correta.

- A É necessário utilizar o *plugin* de xls para compactar um arquivo de imagem.
- B As pastas compactadas com o recurso Pastas compactadas (zipadas) utilizam menos espaço em disco e podem ser transferidas para outros computadores mais rapidamente.
- C Compactar significa criar uma cópia de segurança para evitar perdas de arquivos.
- D O recurso de compactação inibe todo e qualquer tipo de vírus, uma vez que o arquivo está compactado.

**QUESTÃO 36**

Assinale a opção correta acerca do Código de Organização Judiciária do Estado de Roraima.

- A É prerrogativa do magistrado ser ouvido como testemunha, em dia, hora e local previamente ajustados com a autoridade, inclusive de instância superior à sua.
- B É dever do magistrado residir na comarca em que atua.
- C A permuta, entre magistrados, de lotação em comarcas depende exclusivamente de consenso mútuo.
- D O acesso ao tribunal de justiça somente deve ocorrer por antiguidade e entre todos os magistrados de primeiro grau de jurisdição.

**QUESTÃO 37**

Assinale a opção correta a respeito do agravo de instrumento, segundo o Regimento Interno do TJRR.

- A Não há prazo para o relator solicitar a definição do dia para o julgamento do agravo de instrumento.
- B Nos agravos de instrumento, para viabilizar o seguimento de recursos especial e extraordinário, o presidente do tribunal poderá, se entender necessário, ordenar extração e juntada de outras peças ao traslado do agravo de instrumento.
- C A intimação do agravado deve ser feita sempre por meio de publicação no Diário do Poder Judiciário.
- D Transitada em julgado a decisão proferida nos autos do agravo de instrumento, as partes devem ser intimadas para, caso queiram, extrair documentos dos autos. Decorridos dois anos da intimação, os autos devem ser remetidos ao arquivo para posterior incineração.

**QUESTÃO 38**

Assinale a opção correta com relação ao mandado de segurança de acordo com o Regimento Interno do TJRR.

- A Os mandados de segurança serão processados e julgados pela Câmara Única ou pelo Tribunal Pleno, conforme suas respectivas competências, nos termos da lei e do Regimento Interno do TJRR.
- B É desnecessário que a petição inicial do mandado de segurança de competência originária do tribunal seja acompanhada de tantas vias quantas forem as autoridades apontadas como coatoras, pois incumbe à secretaria do Tribunal Pleno providenciar tais cópias.
- C No julgamento de mandado de segurança, não é facultado aos advogados das partes fazerem sustentação oral.
- D Não cabe recurso da decisão do relator que indeferir a inicial, conceder ou negar liminar, ou decretar a perempção ou a caducidade da medida.

**QUESTÃO 39**

De acordo com o Regimento Interno do TJRR, compete ao Tribunal Pleno

- A julgar reclamações contra juízes de direito e substitutos e aplicar-lhes as penas de advertência e censura.
- B emitir parecer sobre emendas ao Regimento Interno e, caso aprovadas, dar-lhes redação final e incorporá-las ao texto, nos lugares adequados.
- C a inspeção permanente sobre todos os juízes e auxiliares de justiça, para instruí-los, emendar-lhes os erros e, em relação a estes, punir-lhes as faltas e os abusos.
- D convocar juiz de direito de última entrância para completar o *quorum* de julgamento, quando, havendo suspeição ou impedimento dos integrantes do tribunal, não for possível a substituição na forma prevista no Regimento Interno.

**QUESTÃO 40**

Assinale a opção correta a respeito da ordem dos serviços no TJRR, segundo o Regimento Interno.

- A Verificada e anotada nos autos, pelo protocolo, a insuficiência de preparo decorrente de erro de conta, deve o processo ser distribuído independentemente da complementação, que será tida como determinada pelo órgão julgador para ser feita a final.
- B Os expedientes que não tenham classificação específica nem sejam acessórios ou incidentes não devem ser registrados e autuados.
- C O registro de petições dos autos poderá ser feito no dia seguinte ao da entrada da petição no tribunal, se esta ocorrer ao final do expediente, consignando-se a circunstância e ficando os autos sob a responsabilidade do servidor que os receber.
- D O reexame necessário e o recurso de embargos de declaração dependem de preparo.

**QUESTÃO 41**

Assinale a opção correta acerca do funcionamento do TJRR, conforme previsto no Regimento Interno do TJRR.

- A Todos os processos constantes de pauta e não julgados devem ser novamente incluídos em pauta.
- B Nos julgamento de agravo, o presidente do Plenário ou da Câmara Única, elaborado o relatório, deve dar a palavra ao agravante e, em seguida, ao agravado, para sustentação de alegações.
- C A ordem de preferência no julgamento é a seguinte: *habeas corpus*; mandado de segurança; processos criminais; conflitos de competência ou de jurisdição; outros processos.
- D O Plenário ou a Câmara Única não pode converter julgamentos em diligência.

**QUESTÃO 42**

Considerando o Regimento Interno do TJRR, assinale a opção correta no que se refere a julgamentos.

- A O resultado da votação constante da ata e do extrato, depois de anunciado pelo presidente, não poderá ser corrigido.
- B O resultado do julgamento deve ser anunciado pelo relator e lançado no extrato referente ao processo.
- C O desembargador que nega o principal não pode votar no acessório, salvo para desempatar.
- D Quando se trata de declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato do poder público ou de uniformização de jurisprudência, as deliberações devem ser tomadas por voto da maioria absoluta dos membros do Tribunal Pleno.



**QUESTÃO 43**

Assinale a opção correta quanto aos processos criminais da competência originária do TJRR, segundo o Regimento Interno do TJRR.

- A A comunicação das decisões concessivas de *habeas corpus* devem ser sempre subscritas pelo presidente do órgão julgador que tiver concedido a ordem.
- B O Tribunal Pleno não pode expedir, de ofício, ordem de *habeas corpus*.
- C A distribuição do inquérito ou da representação não torna preventivo o relator.
- D Tratando-se de *habeas corpus*, os autos devem ser distribuídos e conclusos, dentro de 24 horas, ao relator, incumbindo a ele fixar o prazo em que deverão ser prestadas informações e assinar ofício que os solicite.

**QUESTÃO 44**

De acordo com o disposto na Lei Complementar n.º 53/2001 do estado de Roraima, assinale a opção correta a respeito das penalidades disciplinares.

- A A destituição de cargo em comissão exercido por não-ocupante de cargo efetivo deve ser aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de multa, suspensão e demissão.
- B Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por sessenta dias consecutivos durante o período de doze meses.
- C Deve ser cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com a demissão.
- D A suspensão é a penalidade aplicável no caso de revelação de segredo do qual o servidor se apropriou em razão do cargo.

**QUESTÃO 45**

Assinale, com base no Regimento Interno do TJRR, a opção correta acerca dos serviços auxiliares do TJRR.

- A Ao presidente do tribunal compete supervisionar, coordenar e dirigir todas as atividades administrativas da diretoria.
- B A organização da diretoria-geral do tribunal deve ser fixada em resolução do Conselho da Magistratura.
- C Integram os serviços auxiliares a diretoria-geral, as secretarias do tribunal, da presidência, da vice-presidência, da corregedoria-geral de justiça, do Tribunal Pleno, da Câmara Única e do Conselho da Magistratura.
- D Excetuando-se o diretor-geral, qualquer servidor do tribunal que tiver de servir nas sessões do Pleno ou da Câmara Única, ou que a elas comparecer a serviço deverá trajar passeio completo e fazer uso da capa funcional.

**QUESTÃO 46**

Em relação à justiça militar, assinale a opção correta.

- A O Conselho Especial de Justiça processa e julga oficiais da ativa, exceto o comandante-geral da Polícia Militar.
- B O Conselho Permanente de Justiça processa e julga o comandante-geral da Polícia Militar.
- C O juiz auditor tem direito a voz, mas não vota no julgamento dos oficiais superiores da Polícia Militar.
- D Cada comarca tem sua auditoria militar, sendo que, onde houver um único juiz, esta será cumulada com as demais competências.

**QUESTÃO 47**

Assinale a opção correta acerca das competências genéricas dos juizes de direito e dos juizes substitutos.

- A Somente os juizes de direito podem aplicar pena disciplinar e decidir reclamações contra seus serventuários, excluindo-se dessa atribuição os juizes substitutos, por estarem em estágio probatório.
- B Os juizes substitutos praticam apenas atos ordinatórios e decisões interlocutórias, sendo reservada aos juizes titulares a prolação de sentenças.
- C Os juizes substitutos não podem exercer a diretoria de fórum.
- D Os juizes substitutos e os juizes de direito devem informar mensalmente à corregedoria, entre outros assuntos, o número de audiências realizadas.

**QUESTÃO 48**

À luz do Código de Organização Judiciária do Estado de Roraima, assinale a opção correta em relação ao regime jurídico dos magistrados.

- A A reintegração no cargo de magistrado não implica ressarcimento de vencimentos não percebidos.
- B O magistrado em disponibilidade pode retornar ao efetivo exercício da judicatura, mediante aproveitamento.
- C Compete ao corregedor-geral do TJRR dar posse aos juizes substitutos, e ao presidente desse tribunal, nomear e dar posse aos juizes de direito.
- D O magistrado que atua em vara criminal e que seja colocado em disponibilidade pode ser reaproveitado em vara cível, desde que aprovado em junta médica oficial.

**QUESTÃO 49**

Acerca do Código de Organização Judiciária do Estado de Roraima, assinale a opção correta.

- A É obrigatória a promoção de juiz que figure por duas vezes consecutivas na lista de merecimento.
- B Na promoção de juiz por merecimento, leva-se em consideração apenas o aproveitamento em cursos de aperfeiçoamento de magistrados oferecidos pelo TJRR.
- C Apenas a penalidade de censura impede, pelo período de um ano, após a sua aplicação, a promoção de juiz por merecimento.
- D Não é permitida a permuta de magistrados quando um dos permutantes contar com mais de sessenta e nove anos ou não tiver um ano de efetivo exercício na mesma entrância.

**QUESTÃO 50**

Assinale a opção correta quanto à investidura em cargos públicos.

- A Somente brasileiros natos ou naturalizados podem ser investidos em cargos públicos.
- B A investidura no cargo público ocorre com o efetivo exercício no cargo.
- C O gozo dos direitos políticos é essencial para o exercício de cargo público.
- D Aos portadores de deficiências físicas são asseguradas 5% das vagas oferecidas em concursos públicos.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### QUESTÃO 51

Uma empresa convocou seus empregados para se cadastrarem em um novo plano de saúde. Pela manhã, 3 empregados da operadora do plano de saúde cadastraram metade dos empregados da empresa em 4 horas. À tarde, 4 empregados da operadora cadastraram a outra metade dos empregados da empresa. Considerando que o tempo gasto para cadastrar cada empregado é o mesmo para todos os empregados da empresa, é correto afirmar que à tarde o cadastramento foi concluído em

- A 4 horas.
- B 3 horas.
- C 2 horas.
- D 1 hora.

### QUESTÃO 52

Uma pessoa tomou emprestado em um banco determinada quantia, a juros compostos mensais de 2%. A dívida, no valor de R\$ 2.653,02, foi quitada após 3 meses da tomada do empréstimo. Nessa situação, a quantia emprestada foi de

- A R\$ 2.350,00.
- B R\$ 2.400,00.
- C R\$ 2.450,00.
- D R\$ 2.500,00.

### QUESTÃO 53

A quantia de R\$ 2.400,00 rendeu, de juros, R\$ 840,00 em certo período de aplicação. Se, nesse período, a taxa de inflação foi de 8%, é correto afirmar que a taxa real de juros no período da aplicação foi de

- A 15%.
- B 20%.
- C 25%.
- D 30%.

### QUESTÃO 54

A quantia de R\$ 1.500,00 é aplicada em determinada instituição financeira que oferece uma taxa de juros anuais  $i$ , com capitalização trimestral. Em um ano, o montante desse capital é igual a R\$ 1.755,00. Supondo que  $(1,17)^{1/4} = 1,04$ , é correto afirmar que a taxa  $i$  é igual a

- A 16%.
- B 15%.
- C 14%.
- D 13%.

### QUESTÃO 55

Orlando descontou uma promissória de R\$ 1.250,00 com vencimento para 60 dias e recebeu R\$ 1.000,00. Nesse caso, é correto afirmar que a taxa mensal de desconto comercial simples praticada foi igual a

- A 9%.
- B 10%.
- C 11%.
- D 12%.

### RASCUNHO

**QUESTÃO 56**

Um computador está à venda por R\$ 3.630,00, com 8% de desconto para pagamento à vista, ou em três prestações mensais e consecutivas de R\$ 1.210,00, com a primeira prestação vencendo no ato da compra. Considerando-se que determinada aplicação rende 10% de juros compostos ao mês, assinale a opção correta.

- A O valor do desconto para a compra à vista é inferior a R\$ 295,00.
- B A melhor alternativa para o comprador é a compra à vista.
- C Para comprar à prestação, a quantia de R\$ 3.300,00 é suficiente para o comprador pagar a primeira prestação no ato da compra, aplicar o restante e daí pagar as outras prestações.
- D Se o comprador aplicar R\$ 900,00 no dia da compra, então ele terá dinheiro suficiente para pagar a terceira prestação.

**QUESTÃO 57**

Dois arquivos contêm as mesmas quantidades de processos. No arquivo X, 20% dos processos são cíveis e o restante, processos penais. No arquivo Y, 25% dos processos são cíveis e o restante, processos penais. Todos os processos dos arquivos X e Y foram transferidos para o arquivo Z, que se encontrava vazio. Nessa situação, é correto afirmar que, no arquivo Z, a razão entre o número de processos penais e o número de processos cíveis é igual a

- A  $\frac{4}{5}$ .
- B  $\frac{23}{7}$ .
- C  $\frac{31}{9}$ .
- D  $\frac{15}{4}$ .

**QUESTÃO 58**

Um empréstimo no valor de R\$ 40.000,00 deve ser liquidado em 10 prestações, mensais e consecutivas, pelo sistema de amortização constante (SAC), com taxa de juros compostos de 2,5% ao mês. A primeira prestação vence um mês após a tomada do empréstimo. Nesse caso, o valor da primeira prestação é igual a

- A R\$ 4.000,00.
- B R\$ 4.400,00.
- C R\$ 5.000,00.
- D R\$ 5.400,00.

**QUESTÃO 59**

Carlos deseja aplicar R\$ 1.000,00 em uma instituição, na data de hoje e em cada mês seguinte, até completar 10 aplicações. Admitindo que a instituição paga a taxa mensal de juros compostos de 5% e supondo que  $(1,05)^{10} = 1,63$ , então o saldo de Carlos imediatamente após fazer a última aplicação será igual a

- A R\$ 11.200,00.
- B R\$ 11.800,00.
- C R\$ 12.400,00.
- D R\$ 12.600,00.

**QUESTÃO 60**

Um título de valor nominal igual a R\$ 6.050,00 tem taxa de desconto racional simples de 5% ao mês. Nesse caso, o valor do desconto 2 meses antes do vencimento é igual a

- A R\$ 500,00.
- B R\$ 550,00.
- C R\$ 570,00.
- D R\$ 600,00.

**RASCUNHO**

**QUESTÃO 61**

O princípio da legalidade é corolário dos direitos e deveres individuais e coletivos. Acerca desse princípio, assinale a opção **incorreta**.

- A O princípio da reserva de lei atua como limitação constitucional ao poder do Estado.
- B Nenhum ato regulamentar pode criar obrigações ou restringir direitos, sob pena de incidir em violação constitucional do âmbito de atuação material da lei em sentido formal.
- C O ato que viola o princípio da legalidade fica sujeito ao controle jurisdicional e viabiliza, em alguns casos, o exercício, pelo Congresso Nacional, da competência extraordinária que lhe permite sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.
- D O princípio constitucional da reserva de lei formal é uma limitação ao exercício das atividades administrativas do Estado, mas não, às atividades jurisdicionais.

**QUESTÃO 62**

Quanto aos direitos políticos, assinale a opção correta.

- A O princípio do sufrágio universal vem conjugado à exigência do sigilo do voto, mas não ofende esse princípio a decisão de validar cédula de votação assinalada que possibilite a identificação do eleitor.
- B Os requisitos de elegibilidade se confundem, no plano jurídico-conceitual, com as hipóteses de inelegibilidade, cuja definição, já consideradas as situações previstas pelo texto constitucional, somente pode derivar de norma prevista em lei complementar.
- C O princípio republicano rejeita qualquer prática que possa monopolizar o acesso aos mandatos eletivos e patrimonializar o poder governamental, o que comprometeria a legitimidade do processo eleitoral.
- D De acordo com a Constituição Federal, não configura abuso de poder econômico a situação em que simuladores particulares orientem, em pesquisas eleitorais os eleitores em relação a determinado candidato.

**QUESTÃO 63**

Assinale a opção correta a respeito dos direitos sociais previstos na Constituição Federal.

- A O rol de garantias contido no artigo 7.º da Constituição, que elenca direitos sociais, exaure a proteção social que se pode atribuir aos cidadãos.
- B A negociação coletiva — direito reservado exclusivamente aos trabalhadores da iniciativa privada — pressupõe a existência de partes detentoras de ampla autonomia negocial, o que não se realiza no plano da relação estatutária, pois a administração pública é vinculada pelo princípio da legalidade.
- C Os direitos sociais são também conhecidos como direitos de terceira geração, pois compreendem as liberdades clássicas do cidadão.
- D A Constituição Federal faz opção absoluta pelo repouso do trabalhador aos domingos.

**QUESTÃO 64**

Acerca dos direitos fundamentais previstos constitucionalmente, assinale a opção correta.

- A As violações a direitos fundamentais ocorrem somente no âmbito das relações entre o cidadão e o Estado, não ocorrendo, portanto, nas relações entre pessoas físicas e(ou) pessoas jurídicas de direito privado.
- B Os direitos e as garantias individuais têm caráter absoluto devido a seu elevado grau de importância no sistema constitucional.
- C Segundo a Constituição Federal, o exercício das liberdades públicas não pode ser condicionado.
- D Na Constituição Federal, foram estabelecidos direitos tanto individuais quanto de grupos sociais.

**QUESTÃO 65**

Assinale a opção que está em consonância com a interpretação que o Supremo Tribunal Federal (STF) tem dado aos direitos fundamentais.

- A É constitucional provimento judicial que, em ação civil de investigação de paternidade, implique determinação no sentido de o réu ser conduzido ao laboratório, “debaixo de vara”, para coleta do material indispensável à realização do exame de DNA.
- B A adoção, pelo poder público, do critério fundado na idade do candidato importa em ofensa ao postulado fundamental da igualdade, se a esse tratamento diferenciado instituído pelo legislador não corresponder motivo bastante que o justifique lógica e racionalmente.
- C O postulado constitucional do devido processo legal, em sua destinação jurídica, não está vocacionado à proteção da propriedade.
- D O princípio da isonomia, que se reveste de auto-aplicabilidade, é suscetível de regulamentação ou de complementação normativa.

**QUESTÃO 66**

Assinale a opção correta quanto às disposições da Constituição Federal no que se refere ao Poder Judiciário.

- A A Constituição extinguiu o Tribunal Federal de Recursos e criou os tribunais regionais federais — aos quais compete processar e julgar originariamente *habeas corpus* contra ato de juiz federal — e o STJ.
- B Compete ao STF processar e julgar, originariamente, ação direta de inconstitucionalidade contra lei ou ato normativo municipal.
- C A competência do STF submete-se a ampla elasticidade interpretativa, ante a sua condição de guardião da ordem jurídica constitucional.
- D É de um ano o prazo decadencial para a representação de inconstitucionalidade de lei federal junto ao STJ.

**QUESTÃO 67**

Em relação à segurança pública e à sua organização, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ A eventual atribuição da função de radiopatrulha aérea à polícia militar é constitucional, embora a polícia aeroportuária seja de competência privativa da União, pois o âmbito de atuação desta não se confunde com o policiamento ostensivo do espaço aéreo.
- Ⓑ Como os princípios da unidade e da indivisibilidade não regem a polícia civil e a militar, seria constitucional a inclusão de uma coordenadoria-geral de perícias entre os órgãos de segurança pública dos estados.
- Ⓒ Os estados-membros devem obediência às regras de iniciativa legislativa reservada, fixadas na Constituição Federal, de modo que a gestão da segurança pública, como parte integrante da administração pública, pode não ser prevista na constituição dos estados como uma atribuição privativa do respectivo governador.
- Ⓓ Como a segurança pública, dever do Estado e direito de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, ela só pode ser sustentada pelos impostos, e não, por taxas, mesmo se for solicitada por particular para a sua segurança ou para a de terceiros, a título preventivo, ainda que em evento aberto ao público.

**QUESTÃO 68**

A respeito do STJ e de suas competências, assinale a opção correta.

- Ⓐ Em razão da norma constitucional, todas as competências originárias e recursais do STJ devem ser exercitadas, necessariamente, pelo plenário ou pela Corte Especial, não cabendo ao regimento interno do tribunal dispor sobre a competência e funcionamento desse tribunal.
- Ⓑ Excetuado o procurador-geral da República, que tem prerrogativa de foro perante o STJ, os membros do Ministério Público da União que atuem perante qualquer tribunal judiciário estão sujeitos à jurisdição penal originária dos tribunais regionais federais.
- Ⓒ Funciona junto ao STJ o Conselho da Justiça Federal, ao qual cabe, na forma da lei, a supervisão administrativa e orçamentária da justiça federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema e com poderes correicionais, cujas decisões têm caráter vinculante.
- Ⓓ O STJ tem atribuição jurisdicional para dirimir, em caráter originário, conflitos de competência quando instaurados entre turma recursal integrante do sistema de juizados especiais e qualquer dos tribunais locais.

**QUESTÃO 69**

Acerca de regras gerais do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, assinale a opção correta.

- Ⓐ As normas sobre provimento e nomeação, entre outras, consagram o princípio democrático de recrutar e selecionar pessoal para cargos públicos, em regra, mediante concurso público.
- Ⓑ Esse regime não reserva percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de necessidades especiais. Tal definição está presente apenas na Constituição Federal.
- Ⓒ Quanto à idade, essa lei indica limites mínimo e máximo para ingresso em cargos públicos.
- Ⓓ No preenchimento de cargos para os quais em geral se exigem qualificação profissional, como a profissão de contador ou advogado, não é imprescindível que esta condição esteja satisfeita porque o rol de requisitos é taxativo.

**QUESTÃO 70**

A respeito de investidura e nomeação, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ O prazo para investidura em cargo público é de 30 dias contados da publicação do ato de provimento.
- Ⓑ A posse do cidadão no cargo para o qual foi nomeado significa a aceitação da investidura.
- Ⓒ Mesmo tendo havido ilegalidade no ato de nomeação, o servidor que deseja permanecer no cargo pode invocar direito adquirido.
- Ⓓ Dentro do prazo de validade do concurso, o candidato aprovado tem direito à nomeação, quando o cargo for preenchido sem observância da classificação.

**QUESTÃO 71**

Quanto às vantagens dos servidores públicos, assinale a opção correta.

- Ⓐ Poderão ser pagas aos servidores públicos vantagens como indenizações, que, como regra, se incorporam à remuneração ou ao provento.
- Ⓑ Nos casos em que o deslocamento da sede constitui exigência permanente do cargo, o servidor não fará jus a diárias.
- Ⓒ A indenização de transporte, por ser paga em pecúnia, sofre a incidência de imposto de renda e contribuição previdenciária.
- Ⓓ A gratificação natalina deve ser paga de acordo com a remuneração a que o servidor tem direito no mês em que for pago o adiantamento dessa gratificação.

**QUESTÃO 72**

Na organização administrativa da União podem ser encontradas figuras jurídicas como órgãos, entidades e autoridades. Assinale a opção correta acerca dessas figuras.

- Ⓐ Entidades são centros internos de competência, integrados por pessoas administrativas, com a finalidade de melhor organizar a atuação dessas pessoas.
- Ⓑ A mais notável característica dos órgãos é o fato de serem dotados de personalidade jurídica própria.
- Ⓒ Entidades não detêm personalidade judiciária, ou seja, não têm a capacidade de assumir a condição de parte em uma lide processual.
- Ⓓ A noção de autoridade tem mais de um sentido, pode comportar o conceito de sujeito, um servidor dotado de poder de decisão, e pode ter o sentido de poder administrativo.

**QUESTÃO 73**

Não se configura caso de concessão administrativa o

- Ⓐ contrato realizado entre o Estado e particulares para manutenção de rodovias no país, em que, durante um período preestabelecido em contrato, a iniciativa privada deve cumprir rigorosamente um extenso cronograma de investimentos, com fiscalização e monitoramento do Estado e, ao final da gestão privada, a rodovia volta ao poder público com todos os benefícios realizados, como a ampliação, a renovação e a modernização da malha rodoviária.
- Ⓑ contrato em que se prevê um conjunto de direitos e obrigações de empresa particular com o Estado para prestação do serviço público de telecomunicações e exploração da infra-estrutura afeta à prestação desses serviços, por período pré-determinado e remuneração tarifária.
- Ⓒ contrato em que ministério permite ao particular a exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, visando à instalação, à operação e à manutenção de cerca de 2.250 quilômetros de novas linhas, mediante remuneração tarifária.
- Ⓓ contrato de adesão em que o Estado permite a particulares ligados a uma cooperativa explorar serviços rodoviários municipais de transporte coletivo de passageiros.

**QUESTÃO 74**

A respeito da organização e das competências dos tribunais de justiça estaduais, assinale a opção correta.

- Ⓐ A Constituição Federal dá aos estados a competência de organizar a sua própria justiça de forma amplamente livre, sem impor balizas a essa organização.
- Ⓑ A cláusula constitucional que confere exclusividade ao tribunal de justiça para instaurar o processo legislativo acerca de organização e divisão judiciárias do Estado impede os parlamentares de oferecerem emendas ao correspondente projeto de lei.
- Ⓒ Compete à justiça estadual, em ambas as instâncias, processar e julgar as causas em que o Banco do Brasil for parte.
- Ⓓ As constituições estaduais podem criar ou manter justiça militar estadual, bem como organizá-la ou extingui-la sem submissão à iniciativa do tribunal de justiça do respectivo estado.

**QUESTÃO 75**

A respeito das competências do STJ, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ As competências do STJ estão enumeradas taxativamente na Constituição, e apenas uma emenda constitucional pode ampliá-las.
- Ⓑ Compete originariamente ao STJ processar e julgar governador de estado acusado da prática de crime comum.
- Ⓒ Compete ao STJ processar e julgar, originariamente, os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, entre autoridades judiciárias de um estado e administrativas de outro ou do DF, e entre as deste e as da União.
- Ⓓ No mandado de segurança decidido em única instância por tribunal estadual, o recurso cabível, independentemente de versar ou não matéria constitucional, é o recurso extraordinário, para o STJ.

**QUESTÃO 76**

Em relação ao princípio da moralidade na administração pública, assinale a opção correta.

- Ⓐ O princípio da moralidade foi alçado a princípio constitucional pela primeira vez no ordenamento jurídico brasileiro com o advento da Constituição de 1988.
- Ⓑ A moralidade administrativa não constitui hoje pressuposto da validade dos atos da administração pública.
- Ⓒ O princípio da moralidade exige a aplicação de uma moral comum e não, de uma moral jurídica, entendida esta última como o conjunto de regras de conduta que se pode extrair da conduta interior da administração pública.
- Ⓓ A construção da teoria do princípio da moralidade não se vincula aos freios impostos aos agentes públicos na execução dos poderes discricionários.

**QUESTÃO 77**

Acerca dos princípios da administração pública, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Segundo o princípio da finalidade, na finalidade legal reside o critério norteador de sua correta aplicação, pois é em nome de determinado objetivo que se confere competência aos agentes da administração.
- Ⓑ O princípio do interesse público visa levar o ato administrativo a realizar o interesse público do administrador e não, o interesse comum a todos os cidadãos.
- Ⓒ O princípio da motivação indica que a explicitação dos motivos de um ato é uma exigência do estado de direito, ao qual é inerente, entre outros direitos dos administrados, o direito a uma decisão fundada, motivada, com explicitação dos motivos.
- Ⓓ A Emenda Constitucional n.º 19/1988 acrescentou o princípio da eficiência aos demais princípios originalmente previstos no art. 37 da Constituição Federal. Ao tornar esse princípio explícito, pretendeu-se demonstrar a importância que ele passou a ter.

**QUESTÃO 78**

Assinale a opção correta a respeito da administração indireta.

- Ⓐ A base jurídica da idéia de administração indireta é a centralização das competências.
- Ⓑ As entidades da administração indireta são vinculadas aos órgãos da administração direta com o objetivo principal de possibilitar a verificação de seus resultados. Esse controle exercido pela administração direta sobre a indireta é chamado na doutrina de tutela.
- Ⓒ A administração indireta é o conjunto de entes sem personalidade jurídica que, vinculados a um órgão da administração direta, prestam serviço público ou de interesse público.
- Ⓓ O patrimônio próprio não é uma característica necessária das entidades da administração indireta.

**QUESTÃO 79**

No que concerne ao conceito e aos atributos do poder de polícia, assinale a opção correta.

- Ⓐ São atributos do poder de polícia a discricionariedade — ressaltando-se que o poder de polícia também poderá ser vinculado, quando a lei assim o desejar —, a auto-executoriedade e a coercibilidade.
- Ⓑ A expressão poder de polícia pode ser tomada em sentido mais amplo, relacionando-se com as intervenções, quer gerais e abstratas, como os regulamentos, quer concretas e específicas tomadas apenas dentro do Poder Executivo. Nessa acepção, o poder de polícia corresponderia ao conceito de polícia administrativa.
- Ⓒ O poder de polícia, teoricamente, exerce apenas funções preventivas, fiscalizadoras.
- Ⓓ O poder de polícia, de forma ampla e irrestrita, é a faculdade de que dispõem os órgãos policiais para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado.

**QUESTÃO 80**

Deitando a atenção sobre lições de direito administrativo, constata-se que há uma vasta elaboração doutrinária acerca da classificação dos chamados agentes públicos. Há divergências de nomenclatura e de extensão do rol de cada classificador. Alguns discriminam cinco espécies de agentes públicos, outros, recorrendo a rótulos diversos, reduzem o elenco ou, mesmo mantendo o número de espécies, atribuem-lhes novas referências — talvez por sinceras questões metodológicas e científicas ou, quem sabe, pela vaidade do ineditismo.

Internet: <www.universojuridico.com.br>.

Embora existam várias categorias doutrinárias de agentes públicos não-coincidentes, é possível identificar algumas nomenclaturas e classificações de uso muito comum no direito administrativo. Com base nessas categorias, assinale a opção correta acerca das espécies de agentes públicos.

- Ⓐ Agentes políticos são os que prestam serviços públicos obrigatórios, sem remuneração, mediante mandato, mas com prévia submissão a concurso público.
- Ⓑ Os particulares em colaboração com a administração pública se submetem a eleição e recebem remuneração que não deriva da fonte do serviço por eles realizado.
- Ⓒ Agentes honoríficos são os titulares dos cargos estruturais à organização política do país, ou seja, ocupantes que integram o arcabouço constitucional do Estado.
- Ⓓ Agente público é uma expressão que engloba toda e qualquer pessoa que, de qualquer maneira e a qualquer título, exerce uma função pública, ou seja, pratica atos imputáveis ao poder público, tendo sido investido de competência para isso.

**QUESTÃO 81**

Em relação a jurisdição, sob enfoque do processo civil, assinale a opção correta.

- Ⓐ A jurisdição contenciosa tem por objeto assegurar a ordem jurídica e a paz social e, independentemente da existência de discussão judicial e de pendência ou litígio, promover a composição dos conflitos de interesses por meio da homologação formal do acordo de vontades.
- Ⓑ Cabe ao proponente a escolha do procedimento a ser adotado no julgamento do litígio por ele ajuizado. No entanto, se a escolha for pelo procedimento de jurisdição voluntária, o qual exige acordo de vontade entre as partes, esse procedimento deve seguir até a sentença final.
- Ⓒ A jurisdição civil é a função estatal, exercida no processo, por órgão do poder judiciário, mediante propositura de ação, visando compor um litígio não-penal e tem como finalidade a resolução justa do litígio.
- Ⓓ Ao poder judiciário, com exclusividade, é atribuída a função jurisdicional. No exercício dessa função, ao compor os conflitos, seja de jurisdição voluntária ou contenciosa, substitui a vontade das partes litigantes por uma sentença e as decisões proferidas revestem-se de caráter jurisdicional e fazem coisa julgada material.

**QUESTÃO 82**

No que se refere a competência interna dos órgãos jurisdicionais, assinale a opção correta.

- A A justiça estadual é competente para conhecer e julgar todas as causas que não sejam da competência da justiça federal, militar, do trabalho e eleitoral.
- B A competência territorial ou de foro é aquela que indica qual a comarca onde deverá a demanda ser proposta, ou seja, no domicílio do réu. Por se tratar de competência absoluta, é impossível qualquer modificação, seja por vontade das partes ou por motivo legal.
- C Existindo continência entre duas ações que tramitam perante juízos diversos, configurada pela identidade do objeto ou da causa de pedir, impõe-se a reunião dos processos, mesmo quando um desses processos já se encontra sentenciado.
- D Compete à justiça federal conhecer e julgar todas as causas que a União, os estados, o DF e as sociedades de economia mista forem interessadas na condição de autores ou réus.

**QUESTÃO 83**

A respeito da resposta do réu, assinale a opção correta.

- A O réu poderá alegar em sua defesa a litispendência, ou seja, requerer a extinção do processo em virtude de existência de ação idêntica anteriormente ajuizada, na qual foi proferida sentença já transitada em julgado.
- B Na ação proposta contra vários réus, portanto, em litisconsórcio passivo, o prazo para a resposta será comum, contado da citação do último co-réu, e, em dobro, nos casos de réus defendidos em juízo por procuradores distintos.
- C Ainda que a contestação seja considerada intempestiva, não pode ser decretada à revelia do réu, pois revel é quem não responde à citação, deixando de comparecer e oferecer sua resposta.
- D Cabe ao réu, ainda que revel, citado por edital ou defendido por advogado dativo, o ônus da impugnação específica de todos os fatos alegados pelo autor, sob pena de estes transformarem-se em incontroversos e serem presumidos como verdadeiros.

**QUESTÃO 84**

Quanto ao litisconsórcio — fenômeno processual que consiste na pluralidade de partes em um litígio —, assinale a opção correta.

- A No litisconsórcio necessário, é indispensável a participação de todos os consortes, porque a decisão do litígio, apesar de não ser uniforme para todos, como regra, vincula aqueles que estão integrados naquela relação processual.
- B O litisconsórcio unitário e facultativo é aquele que se estabelece por vontade das partes e o litígio pode ser decidido de maneira diferente para cada um deles.
- C No litisconsórcio simples e necessário, a prova produzida por um dos litisconsortes não poderá aproveitar ou prejudicar os demais.
- D Existindo o pressuposto legal para a formação do litisconsórcio facultativo, e formado este, os litisconsórcios serão considerados, em suas relações com a parte contrária, como litigantes distintos, e os atos e omissões de um não prejudicarão nem beneficiarão os outros.

**QUESTÃO 85**

Em relação à intervenção de terceiro, assinale a opção **incorreta**.

- A O chamamento ao processo consiste na admissibilidade de o réu fazer com que co-devedores solidários passem a integrar o pólo passivo da demanda junto com ele, em litisconsórcio.
- B A denunciação da lide visa possibilitar o exercício do direito de regresso pelo denunciante, com quem o denunciado mantém relação jurídica de direito material, ou seja, a condenação deste à reparação do prejuízo decorrente de sua eventual derrota na causa.
- C Na assistência simples, o terceiro interessado ingressa no processo como parte passiva, alegando ser o titular da relação jurídica disputada e requerendo a improcedência da ação.
- D Pela nomeação à autoria ocorre a mutação das partes, em face da identificação, na via judicial, do verdadeiro integrante da relação jurídica material.

**QUESTÃO 86**

Acerca dos recursos no processo civil, assinale a opção **incorreta**.

- A A oposição de embargos infringentes incabíveis não interrompe o prazo para a interposição de recurso especial ou extraordinário.
- B Os recursos podem ser entendidos como o instrumento próprio a propiciar às partes litigantes, dentro do mesmo processo, a reforma, a invalidação, o esclarecimento ou a integração de decisão judicial.
- C Como regra geral, se o recurso não for devidamente preparado, ocorrerá a deserção e, como consequência dessa, o recurso não será encaminhado ao tribunal.
- D Os embargos de declaração têm como finalidades integrar a decisão e conferir-lhe efeito modificativo para reformar o julgado, ainda quando este não seja omissivo ou contraditório.

**QUESTÃO 87**

Ainda acerca dos recursos no processo civil, assinale a opção **incorreta**.

- A Têm legitimidade para recorrer: a parte vencida, o interveniente, o terceiro prejudicado e o Ministério Público. Tem interesse em recorrer aquele que não obteve do processo tudo o que poderia ter obtido.
- B Os recursos de apelação têm como efeito obrigatório a suspensividade imediata da decisão recorrida, ficando o comando nela contido suspenso até o seu julgamento final.
- C Decisão interlocutória é o pronunciamento que, não colocando fim ao processo, resolve questão incidente ou provoca alguma grave lesão à parte ou ao interessado. Como regra geral, contra essas decisões caberá agravo na forma retida.
- D No julgamento do recurso, o tribunal poderá reformar a decisão, reconhecendo a existência de *error iudicando*, ou seja, no caso de o juiz ter proferido uma declaração errônea da vontade concreta da lei.



**QUESTÃO 88**

Quanto à petição inicial, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Na petição inicial, o autor narra a pretensão insatisfeita, seus fundamentos de direito e de fato, e o pedido. Esse conjunto de elementos narrados constitui o objeto litigioso.
- Ⓑ A petição inicial deverá ser instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação. Todavia, em qualquer tempo, será lícito juntar aos autos documentos novos, destinados a provar fatos ocorridos depois de proposta a ação ou a contrapô-los aos fatos que foram produzidos nos autos.
- Ⓒ Quando a petição inicial estiver incompleta, imprecisa ou sem os documentos exigidos por lei para instruí-la, o juiz pode determinar que o autor a emende ou a complete. Descumprido esse ônus, ocorrerá o indeferimento da petição inicial.
- Ⓓ A petição inicial será liminarmente indeferida por inépcia, quando o pedido for juridicamente impossível ou quando o autor, em um único processo, formular contra o mesmo réu vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão ou compatibilidade jurídica.

**QUESTÃO 89**

Acerca da reconvenção, assinale a opção correta.

- Ⓐ A reconvenção é uma das modalidades de defesa, embora configure uma verdadeira ação proposta pelo réu, que passa a ser o autor da reconvenção, o que leva o autor da ação primitiva a figurar como réu da reconvenção.
- Ⓑ A contestação e a reconvenção devem ser oferecidas simultaneamente e em uma única peça, que deverá ser protocolada tempestivamente, pois ao réu revel ou confesso faltariam condições para reconvir. A reconvenção será admissível quando o réu apresentar legítimo interesse em que o pedido do autor seja julgado improcedente.
- Ⓒ Apresentada a reconvenção, o juiz mandará autuá-la em apenso ao processo principal, e, depois, determinará a suspensão do processo principal e a citação do autor para, no prazo de 15 dias, contestar o pedido reconvenicional, sob pena de revelia.
- Ⓓ Poderá o autor desistir da ação principal, desde que haja consentimento expresso do réu. Contudo, tendo o réu formulado pedido reconvenicional e concordado com a desistência da ação principal, o juiz deverá extinguir ambas as ações e determinar o arquivamento dos processos apensados.

**QUESTÃO 90**

Quanto aos atos de comunicação processual, assinale a opção correta.

- Ⓐ Quando o réu de um processo se oculta para não ser citado, o oficial de justiça deve comunicar o fato ao juiz, acrescentando que o réu foi procurado em sua residência ou no local de trabalho, por três vezes. Nesse caso, se o juiz autorizar, o oficial procederá à citação com hora certa e enviará carta confirmatória da citação ao réu.
- Ⓑ A citação faz-se, em princípio, pelo correio, mediante carta registrada. A citação será feita por oficial de justiça se assim requerer o autor, ou caso não seja possível ou não tenha êxito a citação postal, e, ainda, nos processos de execução, nas ações de estado, e quando o réu for incapaz ou pessoa jurídica de direito público. A citação poderá, igualmente, ser feita por edital ou requisitada por carta precatória ou rogatória.
- Ⓒ Independentemente do requerimento da parte interessada, o juiz determinará a citação ou intimação do réu. Mas a falta ou nulidade da citação, ou da intimação pode ser suprida pelo comparecimento espontâneo do réu ou no caso de este comparecer e não argüir esse vício. Nesse caso, ocorre a preclusão em face da inércia do réu.
- Ⓓ As partes, seus advogados e o representante do Ministério Público serão intimados pessoalmente pelo escrivão, e, não sendo isso possível, a intimação ocorrerá por edital, que deverá ser publicado no órgão oficial ou em jornal de grande circulação.

**QUESTÃO 91**

Assinale a opção correta no que diz respeito a jurisdição e competência.

- Ⓐ A jurisdição penal é exercida pelos juízes estaduais comuns, pela justiça militar estadual, pela justiça militar federal, pela justiça federal, pela justiça eleitoral e pela justiça do trabalho.
- Ⓑ Chama-se de jurisdição inferior aquela exercida pelos juízes que ordinariamente conhecem do processo desde o seu início, a exemplo dos juízes de direito na justiça estadual.
- Ⓒ Sendo o STF órgão máximo de jurisdição superior, os magistrados e ministros das instâncias inferiores são subordinados hierarquicamente ao presidente desse tribunal.
- Ⓓ No processo penal, o foro comum é determinado predominantemente no interesse do réu, em atenção ao princípio da ampla defesa e ao princípio da verdade real.

**QUESTÃO 92**

Suponha que a autoridade policial, por meio das suas atividades de rotina, tenha tomado conhecimento da existência de um crime de homicídio. Considerando essa situação, assinale a opção correta.

- Ⓐ A forma como a autoridade policial tomou conhecimento do delito é denominada *notitia criminis* de cognição coercitiva.
- Ⓑ Sendo o homicídio crime de ação pública penal condicionada, caberá à autoridade policial aguardar requisição do Ministério Público para iniciar as investigações.
- Ⓒ Sem provocação de quem quer que seja, a autoridade policial deve iniciar o inquérito policial de ofício, pois se trata de crime de ação pública incondicionada.
- Ⓓ Na situação descrita, a autoridade policial deve, tão logo tenha conhecimento do fato, determinar diligências no sentido de realizar a prisão em flagrante do autor do delito, a qual somente será legal se ocorrer no prazo legal de 24 horas.

**QUESTÃO 93**

Assinale a opção **incorreta** no que se refere à ação penal pública condicionada e à ação penal privada.

- Ⓐ O delegado de polícia perderá a disponibilidade da ação penal nos crimes de ação penal privada e nos crimes em que a ação penal pública depender de requisição do ministro da justiça ou de representação do ofendido.
- Ⓑ Diante da ocorrência de crimes de ação penal pública condicionada, pode o juiz instaurar a ação penal de ofício, uma vez que esta é de titularidade do ofendido.
- Ⓒ A intervenção do Ministério Público na ação penal privada se dá na qualidade de fiscal da lei, cabendo-lhe a tarefa de aditar a queixa, para corrigir defeitos ou suprir omissões, e intervir em todos os termos do processo.
- Ⓓ Nos crimes de ação penal privada, o inquérito policial deve ser iniciado mediante requerimento do ofendido ou de seu representante legal.

**QUESTÃO 94**

No que tange à prova no processo penal, assinale a opção correta.

- Ⓐ O laudo preliminar de constatação de existência de substância entorpecente pode ser realizado por um único perito, pois se trata de condição de procedibilidade, necessária apenas para efeito de lavratura do auto de prisão em flagrante e do oferecimento da denúncia.
- Ⓑ A falta de perícia em local de acidente de trânsito acarreta nulidade absoluta do processo, pois a lei processual penal determina a indispensabilidade do exame pericial nas infrações que deixarem vestígios.
- Ⓒ A prova pericial, por sua natureza eminentemente técnica, vincula a decisão judicial à conclusão do exame pericial.
- Ⓓ Somente a autoridade judiciária pode determinar a perícia, mesmo na fase investigatória, pois vige, na produção da prova pericial, o princípio do contraditório.

**QUESTÃO 95**

Acerca da prisão em flagrante, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ A prisão em flagrante delito pode ser realizada em qualquer dia, em qualquer lugar e a qualquer hora, ressalvada, no entanto, a inviolabilidade do domicílio.
- Ⓑ A lavratura do auto de prisão em flagrante é ato de natureza administrativa e torna-se prisão processual somente a partir do momento em que o juiz a mantém.
- Ⓒ No flagrante provocado ou preparado, não haverá, em nenhuma hipótese, a consumação do delito, exceto no caso de drogas, em razão de a eventual conduta precedente já configurar o delito consumado.
- Ⓓ Considera-se flagrante próprio aquele em que o agente é encontrado logo após o delito com instrumentos, documentos, produto ou arma do crime.

**QUESTÃO 96**

Com relação ao *habeas corpus*, assinale a opção correta.

- A Caberá *habeas corpus* contra decisão do juiz que defere ao réu liberdade provisória em virtude de prisão em flagrante, podendo o remédio jurídico ser interposto pela autoridade policial ou pelo representante do Ministério Público.
- B O *habeas corpus* pode ser impetrado por meio de petição anônima, pois o juiz poderá conceder a ordem desde que identificado o paciente.
- C Em inquérito policial instaurado pela autoridade policial mediante requisição judicial, a autoridade coatora é o juiz de direito, pois o delegado de polícia não podia deixar de cumprir a requisição.
- D Em nenhuma hipótese, a defesa do réu pode ser cometida a pessoa leiga, não sendo possível a prática de qualquer ato privativo de advogado por pessoa não inscrita no órgão da classe, mesmo que em sede de *habeas corpus*.

**QUESTÃO 97**

Acerca da ação penal pública incondicionada, assinale a opção **incorreta**.

- A O princípio da oficialidade diz respeito a sua titularidade, sendo o Ministério Público (MP) o órgão oficial para intentá-la, salvo a exceção da ação privada subsidiária da pública.
- B O MP é obrigado a ingressar com a ação penal, quando há justa causa, isto é, prova do crime e indícios de autoria.
- C Poderá o MP desistir da ação penal proposta quando se convencer da inocência do réu.
- D Havendo dois ou mais agentes do crime, devidamente identificados, o MP não pode oferecer denúncia contra apenas um deles.

**QUESTÃO 98**

A respeito da prisão cautelar e suas espécies, assinale a opção correta.

- A A prisão em flagrante necessita de ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária, em face da previsão constitucional de que ninguém será preso senão por ordem da autoridade competente.
- B Os crimes culposos punidos com reclusão admitem a prisão preventiva, desde que esta seja imprescindível para assegurar a aplicação da lei penal.
- C Somente o juiz pode decretar a prisão temporária, podendo, ainda, decretá-la de ofício, quando ela for imprescindível para a investigação.
- D A prisão preventiva pode ser decretada e revogada quantas vezes for necessário, desde que presentes os pressupostos legais.

**QUESTÃO 99**

Acerca da prisão preventiva, assinale a opção correta.

- A Em casos de extrema urgência e necessidade e mediante representação da autoridade policial, a prisão preventiva pode ser decretada pelo representante do Ministério Público, desde que preenchidos os requisitos legais pertinentes.
- B A prisão preventiva, após executada, não poderá ser revogada até sentença final do processo, a não ser que ainda não tenha sido instaurada a ação penal.
- C De regra, somente será admitida a prisão preventiva nos crimes dolosos punidos com reclusão, nos crimes dolosos punidos com detenção, desde que se trate de réu vadio ou havendo dúvidas sobre a sua identidade, diante da reincidência de crime doloso e, por fim, se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, para serem garantidas as medidas protetivas de urgência.
- D A medida cautelar somente pode ser decretada mediante representação da autoridade policial ou requerimento do Ministério Público, não cabendo a sua requisição nos crimes de ação penal privada.

**QUESTÃO 100**

Acerca de ação penal e jurisdição, assinale a opção correta.

- A Não há diferença entre requerimento e requisição de inquérito policial, pois ambos dizem respeito à ação penal privada.
- B As ações penais nos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos são de iniciativa exclusiva do ofendido em razão do bem jurídico tutelado.
- C Queixa é a petição inicial da ação penal privada, enquanto representação é a manifestação informal de vontade do ofendido ou de seu representante legal, no sentido de ser instaurado inquérito policial ou ser oferecida a denúncia.
- D O prazo decadencial para os crimes de ação penal pública incondicionada é de 6 meses, podendo o ofendido intentá-la em substituição ao Ministério Público caso seus representantes não cumpram o prazo legal.

